

## PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA EDUCACIONAL: POSITIVISMO, FENOMENOLOGIA E MATERIALISMO HISTÓRICO

Thaise Cristiane de Abreu Prudente<sup>1</sup>, Lana Aires Marques<sup>2</sup>, Lays Vieira de Abreu<sup>3</sup>,  
Ana Clara Rodrigues Prazeres de Moura<sup>4</sup>, Janaynna Karlla de Abreu Prudente  
Fernandes<sup>5</sup>, Rogério Fernandes da Silva<sup>6</sup>

1 Doutora em Ciências da Educação (UA), mestra em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO), Especialista em Docência Universitária (UEG), Licenciada em Matemática (UNITINS) e Licenciada em Física (UFG). [fisipatri@ufg.br](mailto:fisipatri@ufg.br)

2 Enfermeira (UFG), Especialista em Gestão hospitalar e serv.de saúde (FI).

3 Bacharel em Direito (UNIVERSO), Especialista em Direito Civil e Processual Civil (FACUVALE).

4 Pedagoga (PUC-GO) e Especialista em Alfabetização e letramento (FACCATEDRAL) e em Psicologia dos processos educativos (UFG).

5 Fisioterapeuta (UNIMAR), Especialista em Gestão hospitalar e serv.de saúde (FI).

6 Pedagogo (UNICV), Bacharel em Comunicação social: Publicidade e Propaganda (UNIMAR), Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FACUVALE).

Recebido em: 15/08/2025 – Aprovado em: 15/09/2025 – Publicado em: 30/09/2025

DOI: 10.18677/EnciBio\_2025C8

### RESUMO

Este estudo tem por objetivo geral analisar os principais paradigmas epistemológicos da pesquisa educacional, quais sejam: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Discutimos que cada um dos paradigmas em análise possui características distintas e contribuições específicas para o entendimento da educação. Fazemos uma breve reflexão das linhas gerais dos paradigmas epistemológicos da pesquisa educacional, para então tratarmos dos três eixos em destaque. O Positivismo, de Auguste Comte, valoriza a ciência empírica, a quantificação e a busca por leis universais, tendo um papel importante na secularização do pensamento e na redução da influência do sagrado católico na análise da realidade, embora seja reducionista, ignore a subjetividade histórica e tenha uma pretensão de neutralidade. Seguimos então com a Fenomenologia, consolidada por Edmund Husserl, que foca na compreensão das experiências vividas pelos indivíduos, valorizando a descrição detalhada da percepção e da consciência, embora tenha uma subjetividade excessiva, falta de historicidade e tendência conservadora. Por fim, focamos o Materialismo Histórico, de Karl Marx e Friedrich Engels, que analisa a sociedade a partir das relações de classe, das condições materiais e das contradições do modo de produção capitalista, com uma abordagem crítica e transformadora. O artigo conclui que esses paradigmas oferecem perspectivas diferentes e complementares para compreender a educação, cada um refletindo seu contexto histórico e social. Destaca a importância de uma análise crítica e pluralista, reconhecendo os limites de cada abordagem e incentivando uma reflexão aprofundada sobre as formas de produção do conhecimento na área educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fenomenologia, Materialismo histórico, Positivismo.

# EPISTEMOLOGICAL PARADIGMS OF EDUCATIONAL RESEARCH: POSITIVISM, PHENOMENOLOGY, AND HISTORICAL MARXISM

## ABSTRACT

This study aims to analyze the main epistemological paradigms of educational research, positivism, phenomenology, and historical Marxism, through a literature review on the subject. We argue that each of these paradigms has distinct characteristics and specific contributions to the understanding of education. We begin with a brief reflection on the general outlines of epistemological paradigms in educational research before focusing on the three highlighted approaches. Positivism, as developed by Auguste Comte, emphasizes empirical science, quantification, and the search for universal laws, playing an important role in secularizing thought and reducing the influence of Catholic dogma in the analysis of reality. However, it is reductionist, ignores historical subjectivity, and claims neutrality. Next, we examine Phenomenology, established by Edmund Husserl, which focuses on understanding individuals' lived experiences, valuing detailed descriptions of perception and consciousness. Nevertheless, it suffers from excessive subjectivity, a lack of historicity, and conservative tendencies. Finally, we explore Historical Marxism, developed by Karl Marx and Friedrich Engels, which analyzes society through class relations, material conditions, and the contradictions of the capitalist mode of production, adopting a critical and transformative approach. The article concludes that these paradigms offer different yet complementary perspectives for understanding education, each reflecting its historical and social context. It emphasizes the importance of a critical and pluralistic analysis, recognizing the limitations of each approach and encouraging deeper reflection on knowledge production in the field of education.

**KEYWORDS:** Phenomenology, Historical Marxism, Positivism.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa educacional é fundamentada em diferentes paradigmas epistemológicos, que orientam a forma como os pesquisadores compreendem, investigam e interpretam a realidade. São vários os paradigmas epistemológicos que norteiam a pesquisa educacional, todavia o objetivo principal é analisar brevemente o Positivismo, a Fenomenologia e o materialismo Histórico, dada a importância que tiveram ou têm para a pesquisa científica na área.

Se o positivismo busca explicar a realidade por meio de métodos científicos, usando dados quantificáveis e análises estatísticas, focando em descobrir leis universais e padrões de forma objetiva, a fenomenologia se concentra nas experiências vividas pelas pessoas, buscando entender os significados que elas atribuem às suas percepções, ao passo que o materialismo histórico analisa a educação como parte das condições sociais, econômicas e políticas, destacando como a educação pode reproduzir desigualdades ou promover mudanças sociais, sendo uma abordagem crítica e transformadora. Cada paradigma oferece uma visão diferente, contribuindo de formas distintas para o entendimento da educação, sobretudo se os colocar em seus lugares históricos e na importância que, o positivismo, por exemplo, teve ao reduzir uma análise exclusiva a partir do sagrado católico (COMTE, 2000; ALVES, 2020; DEMO, 2021).

Nesse sentido, será feita uma breve reflexão das linhas gerais dos paradigmas epistemológicos da pesquisa educacional, para então tratar do positivismo, em seguida da fenomenologia e, por fim, do materialismo histórico.

## **LINHAS GERAIS SOBRE OS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA EDUCACIONAL**

Severino (2023, p. 102) lembra que “a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. Dessa maneira, além das tradições positivistas, fenomenológicas e marxistas, outros fundamentos epistemológicos oferecem abordagens distintas para a produção do conhecimento. Entre elas, destacam-se: Estruturalismo, Pós-Estruturalismo e Desconstrução, Teoria Crítica e Escola de Frankfurt, Pragmatismo, Pós-Modernismo, Decolonialidade, Realismo Crítico, dentre outros.

Silva e Oliveira (2021) ressaltam a necessidade de uma revisão sistemática ao se trabalhar com abordagens metodológicas na pesquisa qualitativa. É preciso compreender os mais diversos meandros das perspectivas distintas. Originado na linguística de Saussure (2006) e expandido por Lévi-Strauss na Antropologia, e por Michel Foucault (em sua fase inicial), o estruturalismo, por exemplo, busca compreender a realidade a partir de sistemas de relações e estruturas subjacentes. Privilegia a análise sincrônica, em detrimento da histórica, e enfatiza que os fenômenos sociais e culturais são regidos por códigos invisíveis. Não obstante, crítico do estruturalismo, o pós-estruturalismo de Jacques Derrida e Gilles Deleuze questiona a ideia de sistemas fechados e estáveis, enfatizando a instabilidade dos significados. Jacques Derrida (2021), com sua “desconstrução”, demonstra como os textos e discursos carregam contradições internas, desafiando noções de verdade fixa.

Já a Teoria Crítica e Escola de Frankfurt, surgida no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, com Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, combina materialismo, psicanálise e crítica cultural para analisar as formas de dominação no capitalismo avançado. Diferente do materialismo ortodoxo, enfatiza a indústria cultural, a racionalidade instrumental e a emancipação humana (ADORNO, 2023).

Por outro lado, o pragmatismo desenvolvido nos EUA por filósofos como John Dewey (1979), avalia o conhecimento pela sua utilidade prática e consequências. Rejeita dicotomias rígidas, como, por exemplo, sujeito/objeto, e valoriza a experiência concreta e a ação humana na construção do saber.

Por seu lado, o pós-modernismo, de Jean-François Lyotard, Michel Foucault (fase tardia) e Donna Haraway, questiona as “grandes narrativas” como progresso e revolução e defende a fragmentação, a pluralidade e a relativização do conhecimento. Critica a noção de objetividade científica e enfatiza o papel do poder e do discurso na produção da verdade (LYOTARD, 2021).

Não obstante, emergindo da crítica ao eurocentrismo, a perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Boaventura de Sousa Santos denuncia a colonialidade do saber e propõe epistemologias alternativas baseadas em saberes marginalizados (indígenas, africanos, latino-americanos) (QUIJANO, 2005). Por fim, o realismo crítico, proposto por Roy Bhaskar (2019), busca superar o relativismo pós-moderno sem cair no positivismo. Afirma a existência de uma realidade independente do observador, mas reconhece que o conhecimento é sempre mediado por estruturas sociais e linguísticas.

Na pesquisa educacional, todos esses diferentes olhares orientam como se entende e se investiga a realidade. Todavia, o foco aqui está nos principais paradigmas epistemológicos no desenvolvimento da ciência ao longo do tempo, quais sejam: O positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico, cada um com suas características e contribuições específicas.

O positivismo, enquanto corrente filosófica e científica que emergiu no século XIX, teve um impacto significativo na redução da influência do sagrado católico como fundamento exclusivo para a análise da realidade. É um paradigma que busca compreender a realidade por meio de métodos científicos, objetivando a descoberta de leis universais. Ele valoriza a quantificação, a experimentação e a observação sistemática, acreditando que a realidade pode ser estudada de forma objetiva e mensurável. Na pesquisa educacional, o positivismo costuma ser utilizado em estudos que envolvem testes, questionários e análises estatísticas, buscando identificar padrões e relações causais. Essa abordagem foi historicamente útil para gerar conhecimentos gerais e verificáveis, retirando a exclusividade da igreja para analisar a realidade, embora possa limitar a compreensão das experiências subjetivas dos indivíduos (DEMO, 2021).

A fenomenologia, por sua vez, concentra-se na compreensão das experiências vividas pelos indivíduos. Ela busca captar o significado que as pessoas atribuem às suas percepções e ações, valorizando a subjetividade e a experiência pessoal. Na pesquisa educacional, a fenomenologia é empregada para explorar como os estudantes, professores ou outros atores vivenciam determinados fenômenos, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada. Essa abordagem é importante para entender as percepções, emoções e sentidos atribuídos às práticas educativas, promovendo uma visão humanizada e interpretativa (HUSSERL, 2006).

Já o materialismo histórico apresenta uma perspectiva que relaciona a educação às condições sociais, econômicas e políticas. Ele entende a educação como um instrumento de reprodução das estruturas de poder e de transformação social. Essa abordagem analisa as relações de classe, os interesses econômicos e as ideologias presentes no sistema educacional, buscando compreender como esses fatores influenciam a produção do conhecimento e as práticas pedagógicas. Na pesquisa educacional, o materialismo histórico é utilizado para criticar as desigualdades e promover uma educação emancipadora, que contribua para a transformação social (LEFEBVRE, 2004).

Rubem Alves (2020) já afirmava que o cientista não pensa melhor que os outros, mas há vieses diferentes de se olhar o mundo e as coisas. Então, cada um desses paradigmas oferece uma visão distinta sobre a realidade educacional. O positivismo forneceu historicamente uma base para estudos quantitativos e generalizáveis, enquanto a fenomenologia aprofunda a compreensão das experiências humanas, e o materialismo histórico destaca as dimensões sociais e políticas da educação. Compreender esses paradigmas é fundamental para que os pesquisadores possam escolher a abordagem mais adequada aos seus objetivos e contextos de investigação.

## **ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA EDUCACIONAL**

O método científico no século XXI apresenta diversas perspectivas e também desafios para se avançar na produção do conhecimento (COSTA; SOUZA, 2022). Para que esse avanço se concretize, cabe compreender os principais paradigmas epistemológicos que permeiam a pesquisa educacional, por isso tratar-se-á do positivismo, da fenomenologia e do materialismo histórico.

## Positivismo

O positivismo, corrente filosófica desenvolvida por Auguste Comte no século XIX, exerceu profunda influência na organização do conhecimento científico, na política e na educação, promovendo uma visão racionalista e empírica da realidade em detrimento de explicações metafísicas e teológicas. É preciso analisar os fundamentos do positivismo, seu impacto histórico e suas críticas (LÓPEZ, 1988).

O Positivismo é uma vertente do Idealismo Filosófico, mais especificamente do Idealismo Subjetivo, que defende que a única realidade é a consciência do indivíduo, com suas sensações, experiências e ações. Suas raízes estão no Empirismo, a ideia de que o conhecimento vem principalmente da experiência sensível (idem).

No entanto, como aponta Demo (2021), os dados não falam por si só: eles só fazem sentido dentro de um quadro teórico. Ou seja, não existe “neutralidade” na observação, tendo em vista que toda análise já parte de pressupostos.

De acordo com Costa (1953), o positivismo surge como uma resposta ao pensamento religioso e metafísico dominante, propondo que apenas o conhecimento científico, baseado na observação e na experimentação, poderia conduzir ao progresso humano. Sua influência estendeu-se para além da filosofia, moldando instituições políticas e educacionais, especialmente no Brasil, onde teve papel central na Proclamação da República.

Para entender seus fundamentos, é preciso recorrer a Auguste Comte, em sua obra *Curso de Filosofia Positiva* (2000), que estabelece os princípios do positivismo, destacando: a Lei dos Três Estados (teológico, metafísico e positivo), que descreve a evolução do pensamento humano rumo à ciência; a primazia da observação científica sobre a especulação abstrata; e a organização social baseada no conhecimento científico, culminando na ideia de uma “Religião da Humanidade”.

O positivismo contribuiu para a secularização das sociedades ocidentais, mas também enfrentou críticas. Na década de 1970, o Positivismo começou a perder força. Críticas vindas de diferentes frentes, como a Escola de Frankfurt, de inspiração marxista, e a fenomenologia, questionaram seus pressupostos. Além disso, o fim de ditaduras e a abertura política em vários países permitiram uma visão mais ampla e crítica do conhecimento. Um dos problemas do Positivismo era sua obsessão pela quantificação, muitas vezes interrompendo a análise da realidade justamente no momento em que ela deveria se aprofundar (LÓPEZ, 1988).

Karl Popper (1975) salienta que o positivismo ignora a complexidade de fenômenos não mensuráveis, revelando um reducionismo científico. Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos (2000) questiona a neutralidade científica defendida pelo positivismo, destacando seu viés eurocêntrico. Sua importância histórica pode ser entendida em vários aspectos, como: separação entre ciência e religião, promoção do racionalismo científico, influência na organização social e política, crítica à autoridade tradicional, impacto na cultura e na educação etc.

O positivismo, especialmente na forma defendida por Auguste Comte, propunha que o conhecimento verdadeiro deveria ser baseado na observação empírica e na razão científica, e não em explicações teológicas ou metafísicas. Isso contribuiu para a secularização do pensamento, deslocando a Igreja Católica de sua posição central como autoridade interpretativa do mundo (COSTA, 1953).

O Empirismo, consolidado por pensadores ingleses como Bacon, Locke e Hume, exerceu grande influência no positivismo e surgiu como reação aos excessos da filosofia especulativa francesa e alemã. Sua grande contribuição foi defender que a ciência deveria se basear na observação e na experimentação, não em teorias abstratas. O método empírico valorizava a indução (partir de casos específicos para

chegar a generalizações) e a dedução (usar leis gerais para prever fenômenos particulares). No entanto, o grande problema do Empirismo foi a demissão teórica: a crença de que os dados são evidentes por si mesmos, sem a necessidade de interpretação (DEMO, 2021). Na realidade, como mostra Demo (2021), até mesmo pesquisas aparentemente neutras, como, por exemplo as do IBGE, são influenciadas por escolhas teóricas prévias.

Triviños (1987, p. 36) aponta que “O positivismo não aceita outra realidade que não sejam os fatos, fatos que possam ser observados”. A afirmação de que o positivismo não aceita outra realidade que não sejam os “fatos reais”, que presumivelmente são “fatos observáveis” ou “fatos comprovados” é, em certa medida, uma visão simplificada e precisa ser contextualizada. Bucholz e Ferreira (2019) asseveram que, no olhar positivista os fatos são mais importantes que os indivíduos.

Não obstante, é preciso salientar que ao defender que a humanidade passava por três estágios (teológico, metafísico e positivo), o positivismo via o pensamento religioso como uma fase superada, própria de uma mentalidade primitiva. Isso teve uma grande importância para a humanidade porque enfraqueceu a legitimidade das explicações baseadas no sagrado, especialmente em áreas como a política, a educação e as ciências sociais (SANTOS, 2000).

Todavia, o processo de explicações/compreensões do mundo não foi linear, havendo fases do positivismo. O Positivismo Clássico, do século XIX, representado por Auguste Comte, é que defendia que a sociedade passava por esses três estágios: teológico, metafísico e positivo (científico); isso porque Comte acreditava que a ciência deveria prever fenômenos, não apenas descrevê-los. Já a fase do empiriocriticismo, final do século XIX, com Avenarius e Mach, focou na crítica da experiência pura, eliminando conceitos metafísicos. Por fim, a fase do neopositivismo, do século XX, está associada ao Círculo de Viena e defendia que apenas o conhecimento empírico das ciências naturais e o lógico-matemático eram válidos (ARANA, 2007).

Richardson (2022) é um clássico que retrata como os diferentes métodos de pesquisa podem ser aplicados, salientando a importância de se ter consciência dos limites teóricos e metodológicos de cada corrente. É sob essa ótica que apesar de sua influência, o Positivismo recebeu fortes críticas, quais sejam: o reducionismo (a ideia de que “o todo é a soma das partes” foi contestada por pensadores como Santos (2000)); a neutralidade científica (a crença de que a ciência totalmente objetiva foi questionada, especialmente nas ciências sociais); o foco no “como” ao invés do “porquê” (enquanto o Positivismo se limitava a descrever fenômenos, correntes como o Materialismo Histórico buscaram compreendê-los); e a exclusão do subjetivo (ao priorizar apenas o observável, ignorou aspectos importantes da experiência humana).

O Positivismo trouxe avanços ao valorizar a observação e a experimentação, mas suas limitações ficaram evidentes com o tempo, ainda que tenha exercido influência continuamente. No Brasil, por exemplo, a República (1889) foi fortemente influenciada por ideais positivistas, levando à separação entre Igreja e Estado. A visão estreita da realidade foi contestada por abordagens mais críticas e dialéticas, como a da Escola de Frankfurt, a fenomenologia e o pensamento complexo. Nesse sentido, o positivismo, apesar da necessidade de ser superado, acabou por inspirar reformas que limitaram o poder da Igreja, como a laicização do Estado, a educação secular e a promoção de políticas baseadas em dados e não em dogmas religiosos. Arana (2007) assevera que na atual conjuntura se reconhece que a ciência não é

neutra, mas sim é influenciada por teorias, valores e contextos sociais. E, mais do que nunca, é preciso de um pensamento que una rigor metodológico com reflexão crítica.

Santos (2000) afirma que ao priorizar o método científico, o positivismo questionou estruturas de poder baseadas na tradição religiosa, abrindo espaço para novas formas de pensamento, como o liberalismo, o socialismo e o evolucionismo, que competiram com a visão de mundo católica. De maneira que a valorização do conhecimento científico sobre o religioso levou a mudança nos sistemas educacionais, reduzindo o domínio da Igreja sobre o ensino e promovendo uma visão mais crítica e menos dogmática da realidade. Apesar de seu papel em diminuir a hegemonia católica, o positivismo foi criticado por seu reducionismo científico e por negar a validade de outras formas de conhecimento, como a filosofia e a teologia. Além disso, em alguns contextos, assumiu traços quase dogmáticos, substituindo a religião por uma “fé na ciência”.

Historicamente, o positivismo foi crucial para a secularização do pensamento ocidental, reduzindo o monopólio da interpretação católica sobre a realidade e abrindo caminho para o desenvolvimento das ciências modernas e de uma sociedade mais plural. Assim, o positivismo representou uma ruptura epistemológica significativa, afastando o sagrado católico como eixo explicativo e consolidando a ciência como paradigma dominante. No entanto, suas limitações e o surgimento de novas correntes filosóficas demonstram que a busca pelo conhecimento não pode prescindir de abordagens críticas e pluralistas, de sorte que seu legado é ambíguo, pois também gerou debates sobre os limites da razão científica frente as outras dimensões humanas (TRIVIÑOS, 1987; SANTOS, 2000; ARANA, 2007). Todavia, outras correntes buscam lidar com essas subjetividades e a fenomenologia será aquela que destacará as experiências objetivas e subjetivas dos indivíduos, conforme é destacado a seguir com Husserl (2006).

## **Fenomenologia**

A Fenomenologia é uma abordagem filosófica que busca compreender a experiência humana de uma maneira profunda e direta. Tem raízes filosóficas que remontam a pensadores como Platão, Descartes, Leibniz e Brentano, mas foi Edmund Husserl quem a consolidou como método. Historicamente, ela surgiu no início do século XX, principalmente com o filósofo Edmund Husserl (2006), que quis explorar a essência das experiências conscientes, deixando de lado pressupostos e teorias prévias. Husserl (2006) acreditava que, ao focar na descrição detalhada da experiência, poderia-se chegar à sua essência universal. Na Inglaterra, nos anos 1970, ela influenciou a educação, especialmente na discussão sobre currículo e ensino, focando na “fenomenologia das essências”.

Edmund Husserl (2006), um dos principais filósofos da Fenomenologia que desenvolveu uma abordagem que busca compreender a experiência consciente de forma direta e sem preconceitos, percebeu a Fenomenologia enquanto uma ciência que investiga as estruturas da consciência e como as coisas aparecem para nós, ou seja, a experiência subjetiva. Ele propôs o método da redução fenomenológica, que consiste em suspender julgamentos sobre a existência do mundo externo para focar apenas na maneira como as coisas se apresentam à consciência. Assim, pode-se entender melhor a essência das experiências e dos fenômenos.

Nesse sentido, conceitualmente, a Fenomenologia se concentra na análise da experiência subjetiva, ou seja, como as coisas aparecem na consciência humana. Ela valoriza a descrição minuciosa dessas experiências, buscando entender a

estrutura do fenômeno, ou seja, como ele se manifesta na percepção, intuição e consciência, tudo a partir da suspensão do olhar prévio. Assim, dois conceitos são centrais nessa abordagem, quais sejam: a intencionalidade, que é a consciência humana sempre direcionada a um objeto (ou seja, não existe “objeto” sem um “sujeito” que o perceba); e a essência, que é a captação da natureza fundamental dos fenômenos, livre de influências culturais ou subjetivas (HUSSERL, 2006).

Martin Heidegger em “Ser e tempo” (2020) também se debruçou sobre a temática. Para ele, a Fenomenologia não era apenas sobre descrever experiências conscientes, mas sim sobre entender o ser. Este autor acreditava que, ao explorar a existência cotidiana, pode-se descobrir o que significa “ser”. Ele introduziu conceitos como “Dasein” (ser-aí), que representa a presença no mundo, e destacou a importância de estar atento ao modo como os seres se relacionam com o mundo. Para este filósofo, a Fenomenologia é uma ferramenta para revelar subjetivamente as estruturas do ser que muitas vezes passam despercebidas.

Diferentemente do Positivismo, que busca leis gerais, e do Materialismo Histórico-Dialético, que analisa a realidade em seu contexto social, a Fenomenologia estuda o “mundo vivido” pelas pessoas, de forma individual. Seu método principal é a “redução fenomenológica”, que consiste em suspender pré-conceitos (epoché), como se as crenças fossem colocadas entre parênteses para enxergar o fenômeno em sua “pureza” e descrever, não explicar (não busca causas, mas sim captar a essência da experiência). Como relatou Merleau-Ponty (2004): “Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido”. Ou seja, antes de teorias e modelos, existe a experiência concreta das pessoas.

Pedro Demo (2021) salienta que a subjetividade faz parte da vida social e não deve ser vista como algo que atrapalha ou que não deveria existir. O ser humano é um ator ativo na sociedade, não consegue se observar de forma totalmente neutra, e suas relações com a sociedade são muito mais complexas do que a lógica formal e rígida da ciência tradicional sugere. Nesse sentido, não caberia ficar restrito ao ambiente artificial, sério e aparentemente superior da academia, como se lá estivesse a elite da sociedade. A sociedade real é aquela do dia a dia, do homem comum. É ela que organiza a vida das pessoas, não através das ciências sociais, que muitas vezes parecem pouco úteis ou difíceis de entender, mas pelo senso comum, pelo conhecimento imediato que faz parte do patrimônio cultural da maioria. A ciência deve manter sua identidade de produção intelectual, mas também precisa se conectar com o saber comum, sem se tornar algo contra ele. Ela deve ter significado para a vida concreta das pessoas, para o que realmente importa ao homem comum. É importante desmistificar as ciências, que muitas vezes se tornam um mundo lógico, analítico e distante da vida real. Embora não exista uma definição única de Fenomenologia, ela compartilha alguns traços em comum. Para Demo (2021, p. 250):

A fenomenologia, entre outras pretensões, é uma postura que prima pela modéstia do respeito à realidade social, sempre mais abundante que os esquemas de captação. Em vez de partir de métodos prévios, dentro dos quais se ensaca a realidade, faz o caminho contrário. Primeiro tentou compreender a realidade social em sua intimidade, que reconhece como algo existencial, irreduzível à realidade natural. A partir daí segue a consciência crítica de que os métodos usuais de captação são pobres e empobrecem a realidade captada.

Portanto, a Fenomenologia, entre outras coisas, é uma abordagem que valoriza bastante o respeito pela realidade social, que costuma ser mais complexa e rica do que os esquemas de compreensão podem captar. Em vez de começar com métodos rígidos que tentam encaixar a realidade em moldes preestabelecidos, ela prefere seguir um caminho diferente, explorando a própria experiência para entender melhor o mundo ao redor. Para Demo (2021) há um equívoco de que a sociologia fenomenológica seja diferente das demais porque foca no “mundo da vida cotidiana”. Na verdade, ela sugere que o estudo deve se concentrar no que é comum, cotidiano e aceito sem questionamento, ao contrário do que é raro ou controverso.

Nos últimos anos da década de 1970, a Fenomenologia ganhou força como uma abordagem que valoriza a experiência subjetiva e as interpretações qualitativas da realidade, em oposição ao excesso de números e estatísticas típicos do Positivismo. No entanto, em alguns contextos, essa valorização do subjetivo acabou gerando preconceitos contra métodos mais objetivos, privilegiando uma visão quase antropológica da pesquisa. Hoje, porém, a Fenomenologia vem superando algumas de suas limitações, como sua tendência conservadora e sua desconsideração pela história, ao incorporar elementos dialéticos em sua análise (DEMO, 2021).

De uma perspectiva analítica, pode-se asseverar que a Fenomenologia se diferencia de outras abordagens filosóficas por seu método de “epoché” ou suspensão do julgamento, que consiste em colocar de lado as crenças e pressupostos para focar apenas na experiência pura. Essa abordagem permite uma análise detalhada de como o sujeito percebe o mundo, suas emoções, pensamentos e intenções, ajudando a esclarecer a relação entre o sujeito e o objeto (HUSSERL, 2006).

Essa abordagem aponta para a necessidade de estudar as suposições e áreas de investigação social que a ciência tradicional já negligenciou. Não é só uma questão de ampliar os temas de pesquisa, mas também de criticar as abordagens convencionais que ignoram a participação do pesquisador no mundo cotidiano e sua dependência dele. Assim, incluir o cotidiano na pesquisa é fundamental, não opcional, para que o trabalho seja relevante (idem).

Do ponto de vista fenomenológico, toda pesquisa, seja ela sociológica, psicológica ou de ciências naturais, parte de uma interpretação da vida diária. É nela que se encontram os significados sociais centrais à pesquisa. Na perspectiva de Husserl (2006), defender a sociologia fenomenológica não significa limitar o estudo a detalhes pequenos, ou “micronível”, mas sim reconhecer que o entendimento da vida cotidiana é a base de qualquer investigação, no entanto esse entendimento seria a-histórico. Triviños (1987, p. 47) afirma que:

Percebe-se que da análise dos conceitos fenomenológicos em nenhum momento esta corrente do pensamento está interessada em colocar em relevo a historicidade dos fenômenos. A busca da essência, isto é, o que o fenômeno verdadeiramente é, depois de sofrer um isolamento total, uma redução, eliminando o eu que vivencia e o mundo com seus valores, cultura etc., carece de toda referência que não seja a de sua pureza como fenômeno, de modo que o componente histórico, que tão pouco interessava ao positivismo, não é tarefa que preocupe o pesquisador que se movimenta orientado pelos princípios da fenomenologia.

Essa não preocupação histórica está relacionada a não intencionalidade de transformar a realidade. Não obstante, Demo (2021) lembra que na sociedade

moderna, as relações sociais muitas vezes se assemelham às relações entre coisas, como observou Marx. É responsabilidade do/a pesquisador/a entender e buscar transformar essa situação, reconhecendo que as ciências, sobretudo as sociais, não são um humanismo que promovem entendimento universal, mas pode ser uma ferramenta que muitas vezes reforça as divisões sociais, justificando-as com interpretações que parecem naturais (DEMO, 2021). A expansão de diferentes tipos de conhecimento não tem levado em consideração as questões complexas envolvidas, pois muitas vezes o objetivo é apenas reforçar a autoridade da ciência em relação ao entendimento do leigo, sem uma crítica profunda. Por isso, o cientista precisaria “recuar” criticamente para o mundo cotidiano, ou ao que Husserl (2006) propunha, é preciso “suspender” os olhares prévios para entender melhor o contexto das ciências sociais voltadas aos problemas relevantes, sem separar teoria e prática, forma e conteúdo.

Cabe destacar que a Fenomenologia, embora seja uma abordagem muito importante na filosofia, também tem suas fragilidades. Uma é que ela pode ser bastante subjetiva, já que foca na experiência individual e na percepção consciente, o que pode dificultar a obtenção de uma visão mais objetiva ou universal (TRIVIÑOS, 1987). O próprio Jean-Paul Sartre (2015), influenciado pela Fenomenologia, também fez críticas, especialmente ao seu foco na experiência consciente. Ele argumentava que essa corrente, ao se concentrar na percepção e na consciência, poderia negligenciar a liberdade e a responsabilidade do indivíduo, além de não abordar suficientemente as condições sociais e históricas que moldam a experiência.

Além disso, a Fenomenologia mostra uma dificuldade em lidar com questões que vão além da experiência imediata, como aspectos sociais ou históricos, de sorte que ao se concentrar na descrição da experiência, esta pode acabar preterindo análises mais críticas, aguçando a noção de que a experiência seja totalmente subjetiva, pura e independente. Foucault (2007) não aborda a Fenomenologia em “A Arqueologia do Saber”, mas discute como o conhecimento e os discursos estruturam a experiência e o entendimento do mundo, desafiando a ideia de uma experiência subjetiva pura e autônoma.

Então, dentre os problemas que a Fenomenologia enfrenta, estão o risco de solipsismo, a falta de historicidade e a tendência conservadora. O risco de solipsismo está no fato de que se o conhecimento depende da consciência individual, como garantir que ele seja válido para todos? A resposta da Fenomenologia é a intersubjetividade, a ideia de que o que é compartilhado entre vários sujeitos pode ser considerado “objetivo”. No que tange à falta de historicidade, a Fenomenologia tende a ignorar o contexto histórico e social dos fenômenos, o que a torna alvo de críticas, especialmente em países do Sul Global, onde questões como colonialismo e desigualdade são centrais. E, por fim, a tendência conservadora se mostra por focar na descrição e não na transformação, de maneira que pode acabar reforçando o *status quo*, em vez de questioná-lo. Todavia, vale frisar que a Fenomenologia continua sendo uma ferramenta poderosa para entender a experiência humana de uma forma profunda e detalhada, ainda que seja importante um olhar complementar sobre a compreensão da realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Na área educacional, enquanto o Positivismo via o currículo como algo fixo e neutro, ou um conjunto de conteúdo a ser transmitido, a Fenomenologia trouxe a ideia de “currículo construído”, ou seja, como alunos e professores vivem e

interpretam o processo educativo. Isso abriu espaço para uma visão mais humana e menos mecanizada da educação (LÓPEZ, 1988).

Martins e Almeida (2020) lembram que o método científico permeia a revisão da literatura e se interrelacionam intrinsecamente. A fundamentação teórica oferece conceitos-chave e discussões anteriores sobre o tema que precisam dialogar com a visão de mundo do paradigma epistemológico a ser seguido; é nesse sentido que um olhar epistemológico não busca testar, mas entender um fenômeno. A Fenomenologia trouxe contribuições importantes ao destacar a experiência subjetiva e a percepção humana como elementos fundamentais do conhecimento. No entanto, sua desconsideração pela história e pelo contexto social limita seu alcance em análises críticas. Martins e Almeida (2020) destacam que hoje, muitos pesquisadores buscam combinar a Fenomenologia com abordagens dialéticas, superando assim suas lacunas e ampliando seu potencial para entender e transformar a realidade. Cabe, todavia, focar a corrente que se preocupa com a transformação social, qual seja o materialismo histórico.

### **Materialismo histórico**

O materialismo, enquanto teoria crítica e método de análise histórica, revolucionou o pensamento social ao propor uma interpretação materialista da sociedade, centrada nas lutas de classe e nas contradições do modo de produção capitalista. Gomes e Ribeiro (2021) trazem que quaisquer que sejam os debates contemporâneos sobre a metodologia de pesquisa em ciências humanas, eles precisam estar alicerçados nas discussões anteriores. Então, é preciso compreender como Marx e Engels desenvolveram sua base teórica para o aprofundamento e construção de uma base sólida metodológica. É nesse sentido que se examinam os fundamentos do materialismo histórico, seu desenvolvimento teórico e suas principais contribuições e críticas.

O materialismo surgiu com Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) na década de 1840, revolucionando o pensamento filosófico com suas ideias políticas. Mais tarde, Lênin (1870-1924) uniu teoria e prática revolucionária, consolidando o marxismo-leninismo através de obras como “O Estado e a Revolução” e liderando a Revolução Russa de 1917. O materialismo surge como uma crítica radical ao capitalismo e uma proposta de transformação social. Seu método histórico-dialético busca compreender as leis de movimento das sociedades, enfatizando a luta de classes como motor da história. Marx e Engels (2007) propõem que a base material da sociedade, as relações de produção e as forças produtivas, determina a superestrutura política, jurídica e ideológica. A história é entendida como um processo dialético de conflitos entre classes sociais e afirmam que “a história de toda a sociedade até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 12). Assim, a burguesia e o proletariado emergem como polos antagônicos no capitalismo.

O materialismo também pode ser visto em fases, começando por Marx, em seus fundamentos teóricos; depois Marx e Engels, no desenvolvimento conjunto; seguido de Lênin, com aplicação prática e adaptação; até chegar ao período contemporâneo, com diversas vertentes (soviética, chinesa etc.). Autores como Gramsci (2024) e Lukács (2003) expandiram o materialismo, discutindo revolução, hegemonia cultural e reificação. No Brasil, Caio Prado Júnior (2000) aplicou o materialismo à análise da formação social brasileira, enquanto Florestan Fernandes (2008) estudou as desigualdades raciais e de classe. Triviños (1987, p. 52) assevera que:

De maneira muito geral, pode-se dizer que a concepção materialista apresenta três características importantes. A primeira delas é a da materialidade do mundo, isto é, todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na realidade são materiais, que todos eles são, simplesmente, aspectos diferentes da matéria em movimento. A segunda peculiaridade do materialismo ressalta que a matéria é anterior à consciência. Isto significa reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que esta existe objetivamente, que se constitui numa realidade objetiva. E, por último, o materialismo afirma que o mundo é conhecível. Esta fé na possibilidade que tem o homem de conhecer a realidade se desenvolve gradualmente.

A realidade é material: tudo o que existe, objetos, fenômenos, processos, é feito de matéria em movimento. A matéria vem antes da consciência, sendo que a mente é um reflexo do mundo material, que existe independentemente do pensamento. O mundo é cognoscível, ou seja, pode ser conhecido, isso porque o ser humano, aos poucos, é capaz de compreender a realidade através da experiência e da razão. Assim, o materialismo defende que o mundo é concreto, objetivo e compreensível (TRIVIÑOS, 1987).

O materialismo se baseia em três pilares: O Materialismo dialético, que explica a realidade através da matéria e da dialética (mudança constante); o Materialismo histórico, que analisa a sociedade a partir das relações de produção (como os homens produzem bens); e a economia política, como crítica ao capitalismo e defesa de uma sociedade sem classes (idem).

O materialismo histórico permanece como uma das principais ferramentas de análise social. Sua contribuição para a compreensão das estruturas de poder e da dinâmica capitalista segue relevante, especialmente em contextos de desigualdade. Marx se inspirou em Hegel, mas rejeitou seu idealismo (a ideia de que a realidade é produto da mente). Em vez disso, adotou uma visão materialista: a realidade existe independentemente do pensamento. Outras influências incluem: o socialismo utópico de Saint-Simon e Fourier; a economia clássica de Smith; e o Materialismo filosófico de Henri Feuerbach. Enquanto paradigma epistemológico na pesquisa científica, cabe ressaltar Henri Lefebvre na obra “Marxismo” (2004).

Lefebvre (2004) tece uma análise releitura crítica e original do pensamento de Karl Marx, distanciando-se tanto do dogmatismo stalinista quanto das interpretações acadêmicas reducionistas. Publicado originalmente em 1948, o livro busca resgatar o materialismo como um método dialético vivo, aplicável à análise concreta da sociedade e do cotidiano. Este autor assevera que existem três e, apenas três, concepções de mundo, quais sejam: A concepção cristã, a individualista e a marxista.

Lefebvre (2004) estruturou sua obra em torno de alguns eixos fundamentais, quais sejam: o materialismo como método dialético, a crítica ao materialismo ortodoxo, e a atualidade do materialismo. O autor critica as leituras economicistas e mecanicistas de Marx, defendendo que o materialismo não é um sistema fechado, mas um método de análise que deve ser constantemente renovado. Retoma a dialética hegeliana, mas a reinterpreta materialistamente, enfatizando a práxis como motor da transformação social. Lefebvre (2004) ainda ataca o determinismo da II Internacional e o stalinismo, que reduziram o materialismo a uma “ciência das leis históricas” imutáveis e defende que a alienação e a vida cotidiana são centrais para

entender a reprodução do capitalismo e argumenta que o materialismo deve ser aplicado criticamente às novas formas de exploração e dominação do capitalismo moderno, incluindo a burocracia e a cultura de massa.

Assim, Lefebvre (2004) engendra uma renovação da dialética marxista ao recuperar a dimensão filosófica do materialismo, muitas vezes negligenciada pelas correntes positivistas e economicistas, mostrando as possibilidades abertas do pensamento marxista além do determinismo econômico e do dogmatismo político. Nessa revitalização da dialética como ferramenta crítica, ele trata do materialismo histórico. Segundo o autor, a obra pessoal de Marx (e de Engels) não foi apenas uma síntese transformadora de seus próprios elementos:

Também lhes devemos a compreensão nítida e clara da importância dos fenômenos econômicos e a afirmação nítida e clara de que tais fenômenos devem ser realçados através de um estudo científico, racional e metodicamente orientado, embasado em fatos objetivos e determináveis. E isso que chamamos de materialismo histórico, o alicerce de uma sociologia científica (a bem dizer, os dois termos são equivalentes e designam dois aspectos de uma mesma pesquisa). (LEFEBVRE, 2004, p. 22).

Deve-se ao materialismo histórico o entendimento preciso da relevância dos fenômenos econômicos e a firme convicção de que tais fenômenos exigem uma abordagem científica, metódica e racional, baseada em fatos objetivos, sem desconsiderar a subjetividade e levando em consideração as condições sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, o princípio do materialismo histórico é ser o alicerce de uma sociologia científica, sendo que, para Lefebvre (2004), na verdade, ambos os termos são equivalentes, representando diferentes dimensões de uma mesma investigação. É nesse contexto que o materialismo histórico se desdobra como uma epistemologia da pesquisa educacional científica, metódica e racional, que analisa as relações de classe, os interesses econômicos e as ideologias presentes no sistema educacional.

Sobre o surgimento do materialismo histórico e sua unificação da ciência e filosofia, considera-se que:

Finalmente, cabe a Marx a descoberta do papel histórico do proletariado e a possibilidade de uma política independente (com relação à burguesia) da classe operária, e uma transformação dos relacionamentos sociais por meio de tal política. O materialismo histórico foi concebido entre 1844 e 1845. A teoria da mais-valia (ou do salário), do mesmo modo que o emprego claro da análise das contradições (o método dialético) e a aplicação lúcida dessa análise ao estudo do capitalismo, datam de 1857. Para completar, a política independente do proletariado foi definida após as experiências dos anos de 1848 a 1850 e aprofundada mais tarde pela análise dos eventos transcorridos na França de 1870 a 1871 (Comuna de Paris). O desenvolvimento do materialismo, constituído pelo movimento de um pensamento simbólico e unificador, nunca se interrompeu ou se fixou. Apresenta-se como um conhecimento racional do mundo que, continuamente, se aprofunda e ultrapassa a si mesmo. Esse enriquecimento não se deteve até nossos dias. Foi buscado no passado e ainda será buscado no futuro. Como uma ciência, o marxismo se desenvolve, sem com isso destruir os seus princípios.

Esse é um ponto em que se difere de todas as filosofias clássicas. Entretanto é, como veremos adiante, ao mesmo tempo, uma ciência (a sociologia científica, a economia racionalmente estudada etc.) e uma filosofia (uma teoria do conhecimento, da Razão, do método racional etc. J. Unifica em si dois elementos do pensamento humano, até então separados, isolados e incompletos: a ciência e a filosofia. (LEFEBVRE, 2004, p. 23).

Dessa maneira, a Marx se deve a descoberta do papel histórico do proletariado e da possibilidade de uma política operária independente da burguesia, capaz de transformar as relações sociais. O materialismo histórico surgiu entre 1844-1845; a teoria da mais-valia e a aplicação do método dialético ao capitalismo datam de 1857. A política proletária independente consolidou-se após as experiências de 1848-1850 e da Comuna de Paris (1871). A natureza complexa dos problemas sociais, econômicos e políticos da América Latina requer seus próprios métodos de interpretação. Isto fez emergir, a partir da década de 80 abordagens dialéticas da realidade (LEFEBVRE, 2004).

Vale destacar que o Materialismo Dialético é a base filosófica do materialismo que explica a realidade a partir da matéria e das leis da dialética, cujo foco se concentra em analisar a natureza, a sociedade e o pensamento como processos em constante transformação a partir da noção de unidade e luta dos contrários e estuda as leis universais da mudança e como os opostos se confrontam, gerando mudanças e novas realidades, asseverando que tudo está em movimento e em contradição, que a realidade é material, não espiritual, e que o conhecimento humano evolui junto com a prática social porque há uma transformação da quantidade em qualidade com acúmulo de pequenas mudanças que leva a uma revolução; além do que há a negação da negação, de maneira que cada fase supera a anterior, criando algo novo (TRIVIÑOS, 1987).

Por outro lado, o Materialismo Histórico se refere a uma aplicação do materialismo dialético à história e à sociedade, cujo foco busca explicar como as sociedades se desenvolvem a partir dos conflitos entre classes e das relações de produção e mostrar que a economia com seu modo de produção determina a política, a cultura e as ideias de uma época; pontuando, por seu modo, que a história avança por lutas de classes, que as forças produtivas, como a tecnologia e o trabalho e as relações de produção, concentradas na propriedade e na exploração do trabalhador, moldam a sociedade; e que, por fim, o capitalismo será superado pelo socialismo quando os trabalhadores tomarem o controle dos meios de produção. No Materialismo histórico, os modos de produção evoluem, a saber: Do Comunismo primitivo, ao Escravismo, daí ao Feudalismo, para o Capitalismo, depois o Socialismo por vir, e, por fim, o Comunismo (LEFEBVRE, 2004).

No Materialismo dialético, Demo (1985, p. 91) aduz que:

O que a dialética faz de diferente é captar as estruturas da dinâmica social, não da estática. Não é, pois, um instrumental de resfriamento da história, tornando-a mera repetição estanque de esquemas rígidos e já não reconhecendo conteúdos variados e novos, mas um instrumental que exalta o dinamismo dos conteúdos novos, mesmo que se reconheça não haver o novo total.

Nota-se que a dialética entende a sociedade em movimento, não estagnada. Ela não engessa a história em fórmulas repetitivas, mas revela seu fluxo constante,

em que o novo surge trazendo traços do passado, valorizando o movimento e a novidade (DEMO, 1985).

Pensar em um Materialismo histórico e dialético significa unir a teoria do movimento da realidade, dialética dinâmica, com a análise concreta da história e da sociedade, materialismo histórico. Para Demo (1985), essa síntese é o núcleo do método marxista. Marx uniu os dois para criar uma ciência da transformação social, onde a teoria (dialética) e a prática (análise histórica) se alimentam mutuamente. Refletir em um Materialismo histórico dialético não se reduz à filosofia, mas incorpora um guia para a ação política, mostrando que a mudança é possível, já que se a realidade é dialética, mutável, então a sociedade também pode ser transformada; isso desmascara ideologias como a religião e o liberalismo econômico, mostrando que não são verdades eternas, mas produtos de condições materiais (GONZAGA; CALIXTO, 2024). Não obstante, estes mesmos autores alertam para o fato de que “a escolha da abordagem teórica deve ser guiada pelo problema de pesquisa, pelos objetivos do estudo e pelas questões específicas que se pretende responder”.

Logo, nota-se que o materialismo histórico representa um pensamento dinâmico e unificador que continua se desenvolvendo como conhecimento racional do mundo, aprofundando-se sem abandonar seus princípios básicos e que é uma abordagem relevante, dentre as demais possíveis. O materialismo não é só uma teoria, mas um método de análise da sociedade. Ele busca explicar as desigualdades e propor uma transformação radical, em um contexto que os trabalhadores controlem os meios de produção. Diferente das filosofias clássicas, o materialismo histórico integra ciência (sociologia científica, economia racional) e filosofia (teoria do conhecimento, método racional), unificando pela primeira vez esses dois campos do saber humano. O materialismo histórico configura-se como uma abordagem epistemológica para a pesquisa educacional, examinando cientificamente as relações de classe, os determinantes econômicos e as ideologias que permeiam o sistema de ensino (DEMO, 1985; TRIVIÑOS, 1987; LEFEBVRE, 2004).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar os paradigmas epistemológicos da pesquisa educacional com foco no Positivismo, na Fenomenologia e no materialismo Histórico foi possível notar a importância destas correntes.

O Positivismo, desenvolvido por Auguste Comte no século XIX, defende que o conhecimento válido deve basear-se apenas na observação científica, rejeitando explicações metafísicas ou teológicas. Sua “Lei dos Três Estados” descreve a evolução do pensamento humano: Do estágio teológico (explicações divinas) ao metafísico (abstrações filosóficas) e finalmente ao positivo (ciência como única verdade). Influenciado pelo empirismo, o positivismo promoveu a secularização do pensamento, impactando política, educação e organização social, especialmente no Brasil, onde inspirou a Proclamação da República. No entanto, críticas destacam suas limitações: Reduccionismo (ignorar fenômenos não mensuráveis), pretensa neutralidade científica (questionada por teóricos como Boaventura de Sousa Santos) e desconsideração da subjetividade. Apesar de seu declínio no século XX, devido a críticas da Escola de Frankfurt e da Fenomenologia, seu legado persiste na valorização da ciência e na separação entre religião e Estado. O positivismo abriu caminho para o racionalismo moderno, mas a visão estreita da realidade foi

superada por abordagens mais dialéticas e críticas, que reconhecem a complexidade do conhecimento humano.

Não obstante, a Fenomenologia, consolidada por Edmund Husserl no início do século XX, é uma abordagem filosófica que estuda a experiência humana em sua pureza, focando na descrição dos fenômenos, tal como se apresentam à consciência. Seu método central, a redução fenomenológica ou epoché, suspende pré-conceitos para captar a essência das vivências, destacando conceitos como intencionalidade, ou a consciência sempre direcionada a objetos e o mundo vivido. Diferente do positivismo, que busca leis gerais, e do materialismo histórico, que prioriza contextos sociais, a Fenomenologia valoriza a subjetividade e a percepção individual. Heidegger expandiu essa abordagem ao investigar o “ser” (Dasein), enquanto Merleau-Ponty enfatizou o corpo como meio de experiência no mundo. Apesar de sua contribuição para áreas como educação, com a ideia de currículo como experiência compartilhada, a Fenomenologia enfrenta críticas pelo seu subjetivismo, falta de historicidade e tendência a ignorar estruturas sociais mais amplas. Autores como Sartre e Foucault apontaram suas limitações em analisar poder e liberdade. Contudo, a força reside em revelar como a realidade é construída pela consciência, oferecendo bases para diálogos com outras correntes, como a dialética, em busca da compreensão mais integral do humano, não apenas descritiva, como ela propõe, mas transformadora.

Em suma, a Fenomenologia é uma ferramenta poderosa para entender a experiência humana em sua essência, tendo uma trajetória histórica marcada por Husserl, uma base conceitual centrada na descrição da experiência e uma abordagem analítica que valoriza a suspensão de julgamentos para uma análise mais pura e detalhada, mas é importante ampliar seu potencial para não apenas entender, mas também transformar a realidade. Então ela não encerra em si as possibilidades epistemológicas da ciência, como o materialismo histórico.

Por fim, o materialismo é uma teoria crítica que analisa a sociedade através das relações materiais e da luta de classes. Desenvolvido por Marx e Engels no século XIX, combina materialismo histórico, em que a economia determina a estrutura social e dialético, no qual a realidade se transforma por contradições. A história é vista como uma sucessão de modos de produção, onde as crises do capitalismo geram condições para sua superação. Lênin, Gramsci e outros revolucionários expandiram a teoria, aplicando-a a contextos políticos específicos. Mais que uma análise, o materialismo propõe ação: Unindo teoria e prática para transformar estruturas de exploração. Sua força atual está em revelar como o capitalismo se reinventa e como pode ser superado.

Pode-se afirmar que se alcançou o objetivo de analisar brevemente o Positivismo, a Fenomenologia e o materialismo Histórico. É possível perceber que cada paradigma científico busca tecer uma análise com olhares distintos, cada um em seu devido tempo histórico, político e social. O positivismo busca explicar a realidade, seja ela educacional ou não, usando métodos científicos com fuga à subjetividade, e passou a se tornar quase um xingamento, mas teve sua importância cravada na história da humanidade; enquanto a Fenomenologia, também importante, se dedicou e se dedica a entender as experiências vividas pelos sujeitos educacionais, buscando compreender os significados que elas atribuem às suas percepções, mas o faz de maneira a-histórica; já o materialismo Histórico analisa a educação como parte das condições sociais, econômicas e políticas, tecendo um olhar crítico e transformador. Cada um desses paradigmas oferece uma visão diferente, contribuindo de maneiras distintas para o entendimento da educação,

especialmente quando consideramos seus contextos históricos. Não temos a mínima pretensão de esgotar a análise de paradigmas tão necessários, mas de instigar que cada vez mais façamos análises densas com relação a eles.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e suas Regras**. São Paulo: Loyola, 2020.

ARANA, H. G. **Positivismo: reabrindo o debate**. Coleção **Educação Contemporânea**. Campinas – SP, Autores Associados, 2007.

BHASKAR, R. **A Realidade do Naturalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

BUCHOLZ, L.G.; FERREIRA, V.F.S.; Positivismo Fenomenologia e Materialismo Histórico-dialético: Uma Síntese das três Corrente Metodológicas. **7º Congresso de Educação FAG**. UNIOESTE, 13 a 17 de maio de 2019.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

COSTA, F.; SOUZA, R. O método científico no século XXI: desafios e perspectivas. **Educação & Ciência**, v. 25, n. 3, p. 112-128, 2022.

COSTA, J. C.O Positivismo na República (Notas sobre a história do Positivismo no Brasil) (Conclusão). **Revista de História**, São Paulo, v. 7, n. 16, p. 289–316, 1953. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v7i16p289-316. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35779>>. Acesso em: 20 maio. 2025.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

\_\_\_\_\_. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: <<https://favaretoufabr.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/fernandes-f-a-revolucao-burguesa-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GOMES, T.; RIBEIRO, C. Metodologia de pesquisa em ciências humanas: debates contemporâneos. **Revista Acadêmica de Investigação**, v. 10, n. 2, p. 55-70, 2021.

GONZAGA, S. C.; CALIXTO, V. Positivismo, fenomenologia e materialismo histórico e dialético; resumo das três correntes metodológicas. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. e4731, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N6-108. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4731>. Acesso em: 28 maio. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução coletiva. São Paulo: USP, 2024.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução de Marcio Suzuki. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2006.

LEFEBVRE, H. **O Marxismo**. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão, 2004.

LÓPEZ, L.R. **A Religião da Humanidade: O Positivismo e o Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LYOTARD, J.F. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Grupo Editorial Record, 2021.

MARTINS, L.; ALMEIDA, S. A importância da revisão de literatura no método científico. **Ciência e Técnica**, v. 15, n. 4, p. 78-92, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. (1945). **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Disponível em: [https://www.robertonovaes.com.br/wp-content/uploads/2023/08/PRADO-Jr-Caio\\_Formacao\\_Brasil\\_Contemporaneo.pdf](https://www.robertonovaes.com.br/wp-content/uploads/2023/08/PRADO-Jr-Caio_Formacao_Brasil_Contemporaneo.pdf). Acesso em: 20 maio. 2025.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: \_\_\_\_\_. **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, B.S. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SARTRE, J.P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução Paulo Perdigão. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SAUSSURE, F **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

SILVA, J.C.; OLIVEIRA, M. Abordagens metodológicas na pesquisa qualitativa: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Metodologia Científica**, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S.; **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.